

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Bártolo Paiva Campos¹

Tínhamos pedido ao Dr. Paulo Santiago não só para fazer a intervenção inicial com aquela visão global que nos apresentou, mas também, para ter a gentileza de estar connosco durante todo o dia do seminário e nos fazer parte, no final, dos comentários, das reflexões que as várias intervenções lhe suscitassem. Não se trata de uma síntese, mas de comentários soltos, como melhor entender. Muito obrigado mais uma vez.

Paulo Santiago²

Paulo Santiago começou por salientar a “difícil missão de fazer considerações finais”, preferindo, por isso, chamar-lhe “notas soltas”.

Felicitando o CNE pela organização do debate, numa área que considera muito importante, referiu contudo tratar-se de uma iniciativa que faz parte integrante do quadro de avaliação do sistema de ensino e que reporta ao próprio papel do CNE na avaliação do sistema.

Considerando que o Seminário produziu uma discussão rica que cobriu um leque variado de temas, associados à avaliação de escolas, Paulo Santiago elencou aqueles que considerou serem os principais pontos de convergência entre os intervenientes no Seminário:

- Necessidade de fomentar o trabalho de auto-avaliação nas escolas (capacidade auto reguladora reduzida).

- Insuficiência em áreas chave:

¹ Conselho Nacional de Educação

² Analista sénior na Direcção de Educação da OCDE

. acompanhamento da prática lectiva e organização das aprendizagens
- “como se trabalha e se aprende nas escolas”;

. participação dos pais, alunos e comunidade escolar;

. a observação da prática lectiva na sala de aula.

- Insuficiência nos recursos dirigidos ao acompanhamento pós-avaliação das escolas (embora não seja claro quem deve fazer este acompanhamento).

- Necessidade de desenvolver capacidade e competências para análise de dados a todos os níveis - “desenvolvimento de análises mais sofisticadas como indicadores de valor acrescentado”.

- Papel do profissionalismo dos agentes escolares, em particular da direção de escolas e professores.

- Efeito redutor da utilização dos resultados dos alunos em testes estandardizados.

De seguida, enumerou aquelas que considerou serem áreas para debate mais aprofundado:

- Reflexão sobre o conceito de “avaliação” e as suas diferentes vertentes.

- Debate sobre o que constitui / como conceber uma “boa escola”.

- Interdependência entre a avaliação externa e a auto-avaliação (sinergias entre a avaliação externa e a avaliação interna).

- Articulação da avaliação de escolas com as restantes componentes do sistema de avaliação, sobretudo com a avaliação dos professores.

- Como conciliar as duas funções de avaliação:

. controlo / prestação de contas;

. melhoria.

- Quem deve ter a responsabilidade da avaliação externa para a melhoria?

- Como utilizar os resultados dos alunos para avaliar as escolas, que equilíbrio entre os processos e os resultados.

- Como ter em conta a equidade, igualdade de oportunidades e responsabilidade social das escolas.

- Estabelecimento de parcerias entre escolas e entidades externas.

Um assunto não muito debatido no Seminário, embora importante para debate futuro: requisitos de comunicação de resultados/ “*reporting*” por parte das escolas.

Após a enumeração dos aspectos centrais do debate, Paulo Santiago salientou a importância de se realizar trabalho de investigação neste domínio, em particular sobre o impacto da avaliação das escolas.

Por fim salientou a importância de se ter em conta que o impacto da avaliação externa de escolas dependerá, essencialmente, de três factores:

- a qualidade do retorno / *feedback* que as escolas recebem;

- a capacidade das escolas usarem o aconselhamento recebido;

- os incentivos que as escolas recebam para usarem o retorno obtido.

Realçou então que uma questão essencial de política consiste em definir a prioridade a dar a cada uma destas três áreas em termos de distribuição dos recursos.

A finalizar as considerações finais, Paulo Santiago referiu que deve ser ambição de todos alcançar um sistema em que a garantia de qualidade seja assegurada pela própria escola, com intervenção externa mínima e que a auto-avaliação se torne numa atividade de rotina de cada agente escolar.